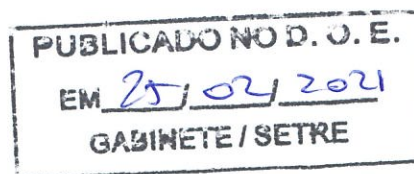




GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº. 002/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE E O INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE**, CNPJ nº 13.937.123/0001-03, situada à Av. Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, Plataforma III, nº 200, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo seu titular **Sr. DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 01387468-34, SSP/BA e do CPF nº 182.817.025-91, autorizado pelo Decreto Governamental de 08/02/2019, publicado no D.O.E. de 09/02/2019, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS**, CNPJ nº 05.734.910/0001-11, Inscrição Municipal nº 56.000-6, situado à Rua Zulmira Santos, S/N, Centro. Ituberá, Bahia nº CEP: 45.435-000, com Estatuto arquivado em 17/06/2003 no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ituberá - BA, sob o nº 182, livro A-1, qualificada como Organização Social através do Decreto Governamental Simples publicado no D.O.E. de 10/10/2018, vencedora da seleção nº 006/2018, Processo Administrativo 1600180009230, neste ato represento pelo **Sr. AILTON SANTOS PEREIRA**, portador do documento de identidade nº 8925737-59, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF 008.683.485-11, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO nº. **002/2019**, processo SEI nº 021.2131.2021.0000240-39, decorrente do Edital de Seleção 006/2018 e regido pela Lei Estadual nº 12.368, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária, pela Lei Estadual nº. 8.647/2003 e pelo Decreto Estadual nº. 8.890/2004 que regem o Programa Estadual de Organizações Sociais mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo: a) a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 002/2019 por mais 24(vinte e quatro) meses, com efeitos a partir de 26/02/2021 até 25/02/2023; b) a apresentação e execução de nova Proposta de Trabalho, em substituição à anterior, incluindo ajustes no quadro de indicadores e metas; c) a alteração de algumas Cláusulas previstas no Contrato de Gestão nº 002/2019, com o objetivo de aprimorar a execução dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fazem parte integrante deste Termo Aditivo ao Contrato de Gestão os anexos:

ANEXO I – Proposta de Trabalho apresentada pela CONTRATADA, contendo:

- I.a Descrição dos serviços e Metodologia de Trabalho;
- I.b Quadro de Indicadores e metas, Parâmetros de Avaliação de Desempenho e de Aplicação de Desconto;
- I.c Orçamentos Sintético, Analítico e Despesas de Pessoal;
- I.d Cronograma de Desembolso;

ANEXO II – Sistemática para Avaliação da Capacidade de Gestão da Organização Social.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Ficam alteradas as Cláusulas do Contrato de Gestão nº 002/2019 de acordo com os parágrafos que se seguem.

2º Termo Aditivo ao Termo de Gestão nº 002/2019

Processo SEI nº 021.2123.2021.0000240-39



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica alterado o PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO da CLÁUSULA QUARTA, no enunciado e incisos destacados, mantendo-se os demais incisos não referidos, passando a constar o seguinte:

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A contratada se obriga à manutenção do fundo rotativo solidário, devendo fazer constar no plano de trabalho e quadro orçamentário a destinação do importe de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para aplicação no referido fundo, conforme o trimestre, visando a execução da meta de manutenção do fundo rotativo solidário, quando do pagamento da segunda, terceira, quarta parcelas (do ano três) e quinta parcela (atinentes ao ano quatro), atendidas às seguintes condições por parte da CONTRATADA:

I – O SESOL ficará encarregado, no primeiro trimestre (do ano três) da execução do Contrato de Gestão, pela promoção de Assembleia entre os empreendimentos assessorados para tratar sobre a manutenção do fundo rotativo solidário; apresentar ata da reunião com as deliberações sobre o uso do recurso financeiro e as assinaturas de livre adesão dos empreendimentos de economia solidária, assim como para os demais trimestres previstos.

II – No terceiro trimestre de execução (ano três), a Organização Social deverá comprovar a regularidade da manutenção do fundo com apresentação do regimento interno, da definição atualizada do sistema de contribuição e da eleição de comissão para gestão do fundo, cuja comprovação da execução deverá constar no Relatório de Prestação de Contas, assim como para os demais trimestres previstos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica inserido na CLÁUSULA OITAVA o inciso XIII, que disporá o seguinte:

XIII – desenvolver ações de fomento às Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária, cujo cumprimento ficará a cargo do Coordenador de Articulação, que prestará contas à Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo através do encaminhamento do Relatório Trimestral de Articulação Territorial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica alterada a alínea "a" do PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA NONA, que passa a ter o seguinte teor:

a) todo o 5º dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, através de Relatório Trimestral de Articulação Territorial minutado pelo Coordenador de Articulação, descrevendo o elenco de ações, proposições, parcerias tentadas/firmadas, visitas, reuniões realizadas e todas as atividades desenvolvidas pelo Coordenador de Articulação no trimestre, no exercício das atribuições que lhe competem em razão deste contrato, com posterior encaminhamento ao Superintendente de Economia Solidária e Cooperativismo.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica inserido na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA o inciso VII, estabelecendo o seguinte:

VII - Os softwares, cartilhas e materiais formativos desenvolvidos com recursos do contrato de gestão ou em razão deste são de propriedade da CONTRATANTE, podendo esta requisitar da CONTRATADA a sua disponibilização livre de qualquer ônus ou embaraço, inclusive com fins de reprodução na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Pela execução do objeto do presente ajuste, o CONTRATANTE repassará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ 1.599.497,20 (hum milhão, quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), em 08 (oito) parcelas trimestrais, no prazo, forma e condições constantes do cronograma de desembolso anexo ao presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – A primeira parcela será repassada até o 15º (décimo quinto) dia útil após a assinatura do presente aditivo e as demais parcelas até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao término do trimestre.

2º Termo Aditivo ao Termo de Gestão nº 002/2019

Processo SEI nº 021.2123.2021.0000240-39



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão custeadas pela dotação orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária 3.21.101 APG
Fonte de Recurso: 0.128.000000
Projeto Atividade: 6672
Elementos de Despesa: 33903900/44905200
Unidade Gestora: 0007 SESOL

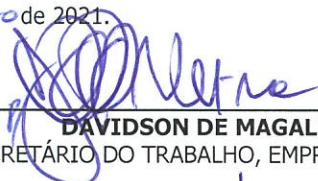
CLÁUSULA QUINTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato de Gestão nº 002/2019, que não foram por este instrumento modificadas.

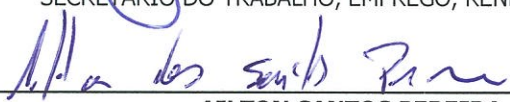
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Salvador, 24 de fevereiro de 2021.

Juremar de Oliveira
Chefe de Gabinete da SETRE

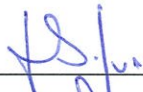


DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE



AILTON SANTOS PEREIRA
INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

Testemunhas:

1.  _____
2.  _____



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE -SETRE

ANEXO II-SISTEMÁTICA PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A avaliação de desempenho da organização social será realizada por meio da **AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO**, considerando-se os parâmetros estabelecidos no Quadro de Indicadores e metas, Parâmetros de Avaliação de Desempenho e de Aplicação de Desconto. Com frequência mínima trimestral, o desempenho da CONTRATADA nas atividades e serviços contratados será aferido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA designada pela CONTRATANTE, por meio dos indicadores e metas estabelecidos.

A Avaliação da Capacidade de Gestão será refletida no Índice de Desempenho Anual da OS (**ID anual**), que se constitui na média aritmética dos ID trimestrais apontados nos relatórios técnicos produzidos pela Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação - CMA, em atendimento ao art. 27, da Lei nº. 8.647/2003. Os ID trimestrais servirão de referencial para a aplicação das regras previstas nos §§2º e 3º do art. 27, da Lei Estadual 8.647/2003.

$$ID_{\text{anual}} = \text{Média aritmética dos ID trimestrais}$$

O ID trimestral considera a ponderação de 30% do sub-índice da Componente de Gestão (ICG) e de 70% do sub-índice da Componente Finalística (ICF), sendo composto da seguinte forma:

$$ID_{\text{trimestral}} = (ICF * 0,7) + (ICG * 0,3)$$

Onde:

ID trimestral = Índice Trimestral de Desempenho da

OS ICF = Índice da Componente Finalística

ICG = Índice da Componente de Gestão

Os índices ICF e ICG serão calculados a cada trimestre após a valoração dos indicadores. Os indicadores estão organizados por componentes: Componente Finalística - CF e Componente de Gestão – CG. A CF reúne os indicadores relacionados às atividades e entregas associadas à finalidade de atender ao público, atingindo os objetivos definidos. Engloba ainda os indicadores vinculados ao Objetivo Superior - OS e ao Objetivo do Serviço - OSE, que se constituem na componente finalística ampliada. A CG contempla os indicadores relacionados às atividades e entregas associadas à gestão orçamentária, dos recursos humanos, dos bens patrimoniais, etc.

A valoração dos indicadores será realizada com base nos parâmetros para avaliação de desempenho definidos no Quadro de Indicadores e Metas, Parâmetros para Avaliação de Desempenho e Aplicação de Desconto e será realizada da seguinte forma:

(a) aplica-se a relação percentual entre o resultado alcançado e a meta vinculada à variável pactuada;

(b) verifica

se o parâmetro de avaliação do desempenho do indicador, o qual determina a quantidade de pontos de acordo com o percentual de alcance da meta e

(c) multiplica-se a quantidade de pontos obtida com o peso previsto para o indicador, conforme exemplo abaixo:

[Utilizar informação dos indicadores do serviço]

Variável Pactuada:	Nº previsto de EV para o período
Meta(a):	450
Resultado alcançado(b):	400



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE -SETRE

PontuaçãoParcial(c):	8 pontos
Peso(d):	3
PontuaçãoObtida(cx d):	$8 \times 3 = 24$ pontos

Após a definição da pontuação de todos os indicadores, é realizado o somatório dos pontos obtidos por componente e aplicado o percentual de atingimento em relação ao total máximo de pontos previstos para a componente. Os percentuais obtidos na Componente Finalística e na Componente de Gestão constituem-se no Índice da Componente Finalística-ICF e no Índice da Componente de Gestão-ICG, respectivamente, convertendo-se o percentual em número absoluto. Dessa forma, o ICF e o ICG terão variação de 0 a 1, que correspondem a 0% e 100%, conforme exemplo abaixo:

[Utilizar informação do total de pontos da componente finalística do quadro de indicadores do serviço]

Total de Pontos da Componente Finalística(e):	230
Total de Pontos Obtidos(f):	200
Percentual de alcance da Componente Finalística(f/ex100):	$200/230 \times 100 = 87\%$
ICF:	0,87

O Total de Pontos das Componentes pode variar a cada trimestre, pois deve considerar a pontuação dos indicadores com meta prevista para o período sob avaliação.

O valor dos índices trimestrais (ID trimestral) variam entre 0 e 1, assim como o valor de ID anual. Ao final da purificação dos ID trimestrais será possível obter o ID anual, classificando o nível de gestão da OS anualmente da seguinte forma:

Alta Capacidade de Gestão: ID_{anual} entre 0,90 e 1,00

Média Capacidade de Gestão: ID_{anual} entre 0,80 e 0,89

Baixa Capacidade de Gestão: ID_{anual} entre 0,01 e 0,79

Em caso de não cumprimento de meta, será efetuado o desconto compatível, de acordo com os parâmetros constantes do ANEXO I, item I.b - Quadro de Indicadores e metas, Parâmetros de Avaliação de Desempenho e de Aplicação de Desconto, conforme previsto no contrato de gestão.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE -SETRE

A OS deverá desenvolver Plano de Ação de Melhoria para cada oportunidade de melhoria ou recomendação advinda do Relatório Técnico da Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como se houver apontamento sem relatórios de auditoria elaborados pelas instâncias do controle interno e externo. O Plano de Ação de Melhoria deve conter as atividades necessárias serem executadas para atender as recomendações, o prazo e o responsável pela implementação, utilizando modelo constante do Relatório de Prestação de Contas.

A Comissão de Monitoramento e Avaliação realizará o acompanhamento trimestral do Plano de Ação de Melhoria e apresentará o estágio de execução nos Relatórios Técnicos Trimestrais.

Salvador, 24 de fevereiro de 2021.

Juremar de Oliveira
Chefe de Gabinete da SETRE

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

AILTON SANTOS PEREIRA
INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

Testemunhas:

1

2

ANEXO – I

PROPOSTA DE TRABALHO

ITUBERÁ-BA
JANEIRO-2021



1. IDENTIFICAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE:

Nome: Instituto de Gestão e Políticas Sociais

CNPJ: 05.734.910/0001-11

Endereço: Rua Zulmira Santos, S/N, Centro, Ituberá

CEP: 45.435-000

UF: BA

Número de Telefone: (73) 99987-6174

E-mail: institutodegestaoij@gmail.com

Página na WEB (site): <https://institutodegestaoij.blogspot.com>

2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome: Lucas Guerrieri Vilas-Boas

CPF: 996.173.075-53

Profissão: Administrador

Cargo: SUPERINTENDENTE EXECUTIVO

Número de Celular com DDD: (73) 9 9989-0355

E-mail: lucasitubera@gmail.com



I.a Descrição dos serviços e Metodologia do Trabalho

1.1. PROPONENTE

O Instituto de Gestão e Políticas Públicas foi constituído em maio de 2003, a partir da união de esforços de jovens cidadãos e cidadãs comprometidos com o desenvolvimento do Baixo Sul da Bahia, Território de Identidade onde o Instituto concentra as suas ações.

Seu histórico de atuação é marcado pelo fomento ao engajamento cidadão nos espaços públicos para que se efetivem como interlocutores legítimos das suas demandas, bem como de coletivos a que pertençam, a fim de que exerçam plenamente seu papel, defendendo as causas sociais e públicas e atuando como promotora do bem comum, estimulando debates; e a participação cidadã, inclusive na luta pela garantia de seus direitos, consolidando um modelo democrático cujo exercício da cidadania seja uma prática permanente.

Toda a ação do Instituto de Gestão e Políticas Sociais é orientada por **princípios éticos e democráticos que servem como base para os valores de honestidade, transparência, responsabilidade, solidariedade, comprometimento com o social, respeito às diversidades, humildade e cooperação**, que são fundamentais para o estabelecimento de parcerias e o cumprimento dos propósitos da Instituição.

Por compreender a participação e o controle social são importantes fundamentos para a construção de uma Nação com mais liberdade, justiça e equidade social, onde a democracia seja praticada através do pleno exercício da cidadania, o Instituto definiu como missão **“ampliar o protagonismo da sociedade civil nos espaços políticos, sociais e culturais, para tornar efetivos, os instrumentos de controle social e as políticas públicas de inclusão social, produtiva e de dinamização econômica do Baixo Sul da Bahia”**.



A atuação do Instituto estrutura-se a partir de três eixos estratégicos, cujos macro objetivos e principais realizações nos últimos cinco anos encontram-se descritas a partir deste ponto:

a) PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e das políticas públicas, bem como de sua gestão, do desenvolvimento e da capacitação de pessoas.

J.H.M.

Ações:

- Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente, do município de Tubarão;
- Assessoria a Constituição de, pelo menos, 02 Conselhos Municipais de Juventude;
- Reunião de mobilização e articulação dos conselhos de Direitos e Tutelares no Território do Baixo Sul.
- Curso sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Formação destinadas para conselheiros setoriais e tutelares do Território de Identidade do Baixo Sul sobre monitoramento e avaliação de programas, projetos e serviços;
- Acompanhamento e monitoramento dos Conselhos Estaduais e Municipais que atuam diretamente com infância, juventude, segurança alimentar e assistência social;
- Mapeamento dos espaços de controle social existentes no Território do Baixo Sul da Bahia.

b) FORTALECIMENTO E EMPoderAMENTO DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Objetivo: Apoiar o fortalecimento de organizações comunitárias (grupos informais, associações e cooperativas) que desenvolvam trabalhos capazes de mudar a realidade e de gerar inclusão social e econômica.

Ações:

- Apoio à comercialização de comunidades e empreendimentos solidários;
- Articulação de rede de empreendimentos econômicos solidários para comercialização e organização socioproductiva;
- Implantação de plataforma virtual de comercialização de produtos da economia solidária e agroecológicos em parceria com o Movimento dos Pequenos Produtores – MPP através da experiência Raízes do Brasil em Salvador;
- Formação de lideranças em políticas públicas e controle social;
- Realização de 01 curso de elaboração de projetos sociais para lideranças comunitárias.
- Atuação em Finanças Solidárias para implantação de Fundo Rotativo Solidário, Banco Comunitário de Desenvolvimento e *Fintech* Solidária.

Apoio qualificado para difusão da Economia Solidária e fortalecimento da Agricultura Familiar:

• Casa Familiar Agroflorestal -CFAF

- Assessoria para constituição da Associação de Jovens Apicultores do Baixo Sul;
- Elaboração de Ata de Constituição e Estatuto Social;
- Elaboração de projeto para captação de recursos junto a Fundação Banco DO Brasil;
- Realização de palestra sobre cooperativismo e associativismo solidário abordando os aspectos da autogestão.

• Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves -COOPATAN

- Assessoria para elaboração do Programa de Ação, compreendendo a definição dos objetivos, resultados, metas e indicadores;

- Assessoria para elaboração do Planejamento orçamentário, compreendendo a DRE, Fluxo de caixa, planejamento de produção e venda;
 - Elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira para fabricação de doces a base de banana.
- **Cooperativa de Aquicultores de Águas Continentais -COOPECON**
 - Assessoria para elaboração do planejamento financeiro e orçamentário para o ano de 2017, compreendendo a elaboração do DRE projetado e Fluxo de Caixa projetado.
- **Associação Beneficente Josué de Castro**
 - Consultoria para diagnóstico de 30 empreendimentos atendidos pelo CESOL para organização de Rede de Comercialização;
 - Consultoria para elaboração do estudo de viabilidade da agroindústria doguaraná;
 - Consultoria para elaboração do regimento interno da Rede de Comercialização;
 - Consultoria para elaboração do Plano de Gestão da Rede de Comercialização.
- **Cooperativa Central da Mata Atlântica**
 - Assessoria no processo de constituição da central, incluído a elaboração do estatuto e ata de constituição;
 - Elaboração da proposta técnica para captação de recursos no edital 010/2018CAR/SDR;
 - Realização de oficina de comercialização com empreendimentos vinculados à Central.
- **Casa Familiar Rural de Igrapiúna -CFRI**
 - Realização de palestra sobre os desafios da comercialização da agricultura familiar do Baixo Sul;
 - Realização de palestra sobre gestão de empreendimentos solidários.
- **Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença - COOMAFES**
 - Assessoria para a gestão da Loja Espaço Solidário, com definição de política de preços e repasse aos empreendimentos;
 - Assessoria para implantação dos procedimentos de controle de caixa e estoque;
 - Assessoria para implantação de software de gestão financeira.

PROTAGONISMO DA JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA

Objetivo: Contribuir para garantia do protagonismo efetivo da família com destaque para infância, adolescência e juventude na elaboração de políticas públicas e controle social.

Ações:

- Mapeamento dos espaços de mobilização e controle social de infância e juventude no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia;
- Realização de cursos destinados a adolescentes e jovens sobre políticas públicas e controle social.




1.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO¹

O Território Baixo Sul é localizado no sul baiano, reunindo um total de 15 municípios² que se situam tanto na costa quanto para dentro do continente. Faz fronteira com outros Territórios de Identidade, sendo eles o Litoral Sul, Médio Rio de Contas, o Vale do Jequiriçá e o Recôncavo. O território tinha uma população estimada, em 2018, de 382 mil habitantes³ e suas atividades econômicas mais representativas, em termos de Produto Interno Bruto, os setores de Serviços e Comércio, Indústria e Agropecuária.

A faixa litorânea do território é chamada, pela regionalização adotada pelos órgãos de turismo do Estado da Bahia, de Costa do Dendê. Nela estão alguns dos principais destinos turísticos da Bahia, como Morro de São Paulo, Garapuá, Guaibim, Boipeba e Moreré, o que sinaliza a grande vocação turística da microrregião, muito embora se observe que tal atividade seja ainda muito concentrada em certas localidades de alguns municípios do território.

A região foi historicamente ocupada por diversas etnias dos povos originários e também foi umas das pioneiras na ocupação portuguesa durante o período colonial, sendo, à época, um ponto estratégico para a produção de alimentos que abasteciam Salvador e Ilhéus. Por esse motivo, o território tem uma série de características socioculturais que se relacionam com esse histórico envolvendo os indígenas, os portugueses e os africanos edescendentes.

FIGURA 2 – MAPA DO TERRITÓRIO BAIXO SUL



FONTE: ORGANIZAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA TERRA, 2018

¹ Extraído do Diagnóstico socioeconômico do Território do Baixo Sul do Estado da Bahia, IJ-CESOL-SETRE em parceria com a ITES/UFBA

² Aratuípe - Cairu - Camamu - Gandu - Ibirapitanga - Igrapiúna - Ituberá - Jaguaribe - Nilo Peçanha - Piraí do Norte - Presidente Tancredo Neves - Taperoá - Teolândia - Valença - Wenceslau Guimarães.

³ Com 7.558 km² e densidade demográfica estimada de 47,89 hab/km². Os municípios apresentam um grau médio de urbanização e taxa de crescimento negativa entre a população rural.

1.2.1. Dimensão Socioambiental

O território Baixo Sul é bastante reconhecido pelo patrimônio ambiental que abriga, tanto na faixa litorânea, com as ilhas de Boipeba e Tinharé, recifes de corais e manguezais, quanto na região interna do continente, às margens da BR 101, com as áreas de floresta e rios. O patrimônio natural da microrregião é um recurso extremamente importante que deve ser levado em conta na definição de qualquer estratégia de desenvolvimento no território, tanto do ponto de vista da preservação ambiental e conservação de espécies, quanto da criação de iniciativas socioeconômicas que se relacionem com tal vocação local de modo sustentável.

No Baixo Sul, o uso dos recursos naturais segue o padrão histórico do que se observou na interação do homem com o resto das áreas de Mata Atlântica do país. O bioma é sabidamente um dos que mais sofreu com a ocupação ao longo do litoral, desde o início da colonização do Brasil, e a microrregião, sendo uma das primeiras regiões colonizadas, sofreu precocemente uma severa supressão das suas áreas naturais. De lá para cá, o desmatamento ocorrido está relacionado com uma forte pressão pelo uso da terra, exploração madeireira, extrativismo e incorporação de novas culturas agrícolas. No entanto, ainda assim, é bastante relevante a presença do bioma Mata Atlântica e dos diversos ecossistemas que o integram, sobretudo o Manguezal e Florestas Ombrófilas, chegando a abrigar espécies bem características do bioma, algumas ameaças de extinção. No que diz respeito à fauna, por exemplo, é possível encontrar espécies como a sussuarana e o macaco-prego-do-peito-amarelo, que são animais símbolos da Mata Atlântica.

Mesmo com elevado nível de desmatamento, a Mata Atlântica no território ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração. O Baixo Sul conta com Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que contemplas desde áreas remanescentes de Mata, mas também as águas marítimas e recursos associados, como recifes de corais e estuários, ambos presentes do território. O projeto do Estado da Bahia é que tais APAs venham a formar um mosaico de áreas protegidas que perpassaria toda a microrregião.

Em se tratando da hidrografia, o Baixo Sul se insere na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, mas as Sub-bacias dos Rios Una, Almas, Cachoeira Grande ou Mariana, Rio Serinhaém, Acaraí e Maraú são as que mais influenciam a dinâmica do território. As principais cidades da microrregião se formaram nas proximidades destes cursos d'água, que apresentam atrativos turísticos como a Cachoeira de Pancada Grande, condições de navegabilidade e que estão associados às principais culturas agrícolas do território. O rio Una, por exemplo, possui grande importância para o município de Valença, tanto do ponto de vista da navegação turística, quanto pela produção de pescado. O mesmo acontece com o Rio das Almas e seus afluentes, que são importantes para as populações ribeirinhas, que produzem cacau, banana, guaraná e outras culturas às margens dos cursos d'água. Os recursos hídricos, bem como a distribuição de chuvas, são importantes características do Baixo Sul, o que abre possibilidades de criação de iniciativas socioeconômicas diversas, desde as de produção agrícola e de pescado, até transporte fluvial, turismo e produção associada.

1.2.2. Dimensão Sociocultural

A região que hoje chamamos de Baixo Sul tem sua ocupação portuguesa iniciada já no século XVI. As cidades de Cairu e Camamu, por exemplo, começaram a constituir logonoinício da colonização

do Brasil, assim como Ituberá, que teve a sua construção iniciada pelos jesuítas. Antes disso, a região era ocupada pelos povos originários, principalmente os tupinambás, tupiniquins e aimorés, que possuem toda uma história conflituosa de resistência à ocupação dos portugueses na região nos primeiros anos de colonização. Os sinais fortes da presença indígena nessas terras estão na cultura do artesanato de piaçava, na gastronomia (moquém, peixe seco, trato com a mandioca e outros) e na fabricação dos casebres de pau-a-pique, porexemplo.

Já a influência portuguesa é facilmente notada na arquitetura das cidades, em monumentos e nas igrejas. Em Valença, por exemplo, há a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que possui características arquitetônicas do século XVII. A construção foi inaugurada no ano de 1801, e até hoje apresenta azulejos portugueses e telas de autores desconhecidos. Em Ituberá, há a Igreja de Santo André, construída pelos jesuítas em meados do século XVIII em homenagem ao padroeiro local, com traços rústicos, localizada estrategicamente no alto de uma colina e atualmente definida como Santuário. Já no Município de Cairu destaca-se o Convento de Santo Antônio, datado de 1654, e a Igreja de Nossa Senhora da Luz, com suas imagens sacras e seus altares em estilo barroco dos séculos XVII e XVIII.

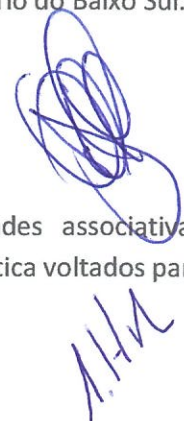
Para além do rico patrimônio cultural do território, o Baixo Sul abriga uma série de manifestações populares e tradicionais. Talvez a mais famosa delas seja a Zambiapunga, a manifestação cultural herdada dos negros bantos vindos da região do Congo-Angola, que consiste em um cortejo de homens mascarados, trajados com roupas coloridas e retalhos, que percorrem as ruas na noite do dia 31 de outubro, véspera do Dia de Finados. Trata-se de uma manifestação cultural exclusiva do Baixo Sul, com mais de duzentos anos de existência e que ainda hoje é realizada por grupos das cidades de Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.

Outras manifestações da cultura popular são encontradas no território. As Cheganças e Marujadas - as manifestações representam as façanhas marítimas dos portugueses entre os séculos XV e XVIII, misturando tradições ibéricas e culturas locais -, o Terno de Reis, bumba meu boi, afoxés, capoeira, filarmônicas, bandinhas, quadrilhas juninas, caretas, entre outras. No entanto, ainda que guarde todo esse patrimônio, é frequentemente sinalizado a preocupação com a manutenção dessas manifestações diante do fato de que muitas vêm deixando de existir ou se encontram extremamente fragilizadas. Nesse sentido, observa-se a necessidade de ampliação do apoio às iniciativas culturais, maior efetividade das políticas públicas de cultura voltadas para valorização e salvaguarda da cultura popularlocal.

O que se observa é que os aspectos históricos da região produziram um rico arcabouço cultural para o Baixo Sul, que guarda uma série de manifestações tradicionais geradas pelos povos originários, dos colonizadores europeus e dos africanos que vieram para as cidades do território na condição de escravos. Esse patrimônio gerado sinaliza um grande potencial dentro do campo da produção cultural e suas diversas atividades, como a criação de festivais, definição e divulgação de um calendário cultural, realização de produtos culturais, como livros, discos, exposições, documentários, sem contar o nicho do turismo cultural, que é muito subaproveitado diante dessa evidente vocação do território do Baixo Sul.

1.2.3. DimensãoSociopolítica

No território do Baixo Sul, observa-se uma ampla presença de entidades associativas, movimentos sociais, sindicatos, cooperativas e demais coletivos com atuação sociopolítica voltados para



diversos segmentos da microrregião, desde os trabalhadores rurais até professores. A observação dessa dimensão é importante porque ela dá pistas quanto ao grau de organização que o território consegue construir. Abaixo, algumas das organizações atuantes no território do Baixo Sul:

- Associações que atuam com atividades produtivas do artesanato com fibra da piaçava, biojóia, bijuteria e confecção de vassouras de piaçava.
- Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul Da Bahia – Atua com formação técnica e capacitação em atividades agroflorestais;
- Casas Familiares Rurais (Nilo Peçanha, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves) - Atua com formação técnica e capacitação em atividades agrícolas;
- Central Mata Atlântica - Organização de serviços de gestão e de comercialização dos produtos em benefício de suas cooperativas associadas;
- COOPALM - Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia – Cooperativa que tem como foco a produção de palmito em conserva;
- Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da APA do Protege - COOPRAP - Atua com atividades produtivas do artesanato com fibra da piaçava, biojóia, bijuteria e confecção de vassouras de piaçava.
- Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves –COOPATAN;
- Empreendimentos Econômicos Solidários, que são coletivos produtivos de alimentação, da agricultura familiar, artesanato e artesanais;
- Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho – que atua através da educação do campo para formação técnica e capacitação em agroecologia;
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - No Baixo Sul atua na zona rural de Presidente Tancredo Neves e Valença;
- Instituto de Gestão e Políticas Sociais – IJ – Atua nas áreas de assistência social, juventude, fortalecimento comunitário, economia solidária, desenvolvimento local solidário;
- MST – Movimento dos SemTerra;
- SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais;
- Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Agricultura Familiar;

Além das organizações associativas e das iniciativas cooperativas, no Baixo Sul também há experiências de consórcios públicos intermunicipais. O primeiro criado foi o Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul – CIAPRA, que inicialmente foi formado por cinco municípios da região da APA do Pratigi. Hoje o consórcio contempla todos os municípios do Baixo Sul e pretende atuar em áreas diversas, desde a adequação das estradas rurais, iniciativas de conservação do solo, aquisição de máquina, formação de conselheiros e secretários municipais.

Assim como todos os Territórios de Identidade, o Baixo Sul possui seu Codeter - Colegiado de Desenvolvimento Territorial. O Codeter é um fórum de discussão e de participação social, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, além de promover a integração dos diversos segmentos das políticas públicas do Baixo Sul. O Colegiado é formado por representantes da sociedade civil e do poder público dos quinze municípios que compõem o Território do Baixo Sul da Bahia.

Handwritten signature and initials in blue ink, likely representing the official approval or signature of the document.

Desde a sua criação o colegiado vem se demonstrando como um importante espaço de diálogo, possibilitando o planejamento participativo do desenvolvimento sustentável da região. Buscando levar em conta os diferentes olhares, se constituindo como espaço legítimo de planejamento, encaminhamentos e investimentos a partir do diálogo e concertação entre o poder público e sociedade civil. (PDTS, 2010, p.14)

Desde 2003, com a constituição do Colegiado Territorial, cria-se um espaço dedicado à reunião de pessoas de diferentes setores, para dialogar, construir e implementar pautas convergentes, orientadoras da formulação e da implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável.

1.2.4. Dimensão Socioeconômica e cadeias produtivas

A economia do Baixo Sul é composta por atividades de diversos segmentos econômicos que representa a diversidade social, ambiental e cultural de cada município. Identifica-se a aglomeração de 06 atividades econômicas no território: fruticultura, indústria alimentícia, turismo, atividade de apoio a agricultura, agricultura diversificada e cultivo do cacau⁴. A agricultura e o turismo são atividades que se destacam enquanto potencialidade do território, principalmente pela atuação econômica de dois municípios, Valença e Cairu, e dos diversos elementos que constituem a região, como visto na seção anterior.

Em termos de ocupação de trabalho, os segmentos com maior número de trabalhadores formais são a Administração Pública (40%), Comércio (22%), Serviços (19%) e Indústria de transformação (8%)⁵. Tendo destaque em número de trabalhadores formais em todos os segmentos econômicos, com exceção da extrativa mineral, o município de Valença é um polo econômico no território e detém 33% do total de empregos formais do Baixo Sul, além de possuir 45% dos empregos do setor de Comércio e 50% da Indústria de transformação do território.

Em termos de PIB do Baixo Sul, destaca-se os segmentos do setor de serviços, seguido pela indústria e agropecuária. Assim, o município de Valença é o que apresenta o maior PIB em milhões nos três setores econômicos, sendo Cairu o município com o maior PIB per capita do município. Contudo, vale salientar que parte dos produtos da agricultura que são produzidos no território se caracterizam enquanto *commodities*⁶ que são comercializadas *in natura*⁷ e, por não ser produtos finais, não entram no cálculo do PIB, mas exercem influência sobre o índice através das transações comerciais com o exterior⁸.

A agricultura é uma das atividades produtivas que mais caracteriza a economia do território. Ela representa 12% de toda a produção agrícola da Bahia, gerando um pouco mais de meio bilhão de reais em 2017, sendo referência na produção de diversos gêneros agrícolas no estado, inclusive fora do país. Esta atividade é tanto uma expressão econômica como também social e cultural, sendo representada

⁴ Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2015 sistematizados pelo Observatório de Atividades Econômicas da UFBA.

⁵ RAIS - Dec. 76.900/75, 2017.

⁶ Produtos que são matérias-primas da indústria agrícola e minerais comercializados no mercado internacional.

⁷ Produtos comercializados ou consumidos em seu estado natural, não processados.

⁸ Diz respeito a Balança Comercial que se torna superavitária e importante para o crescimento do PIB num dado período de tempo quando as exportações superam as importações.

em sua grande maioria pela agricultura familiar, além de ter sido atividade importante na constituição do próprio território, como visto anteriormente.

Para além do volume de produção, há uma grande diversidade de gêneros agrícolas favorecido pelo clima e solo propício para o cultivo de diversos produtos, como o dendê, cacau, piaçava, cravo da índia, guaraná, banana, urucum, palmito, hortaliças e etc, tendo uma concentração da produção agrícola no território em determinados municípios, a exemplo de Valença e Wenceslau Guimarães, em detrimento de outros como Cairu e Aratuípe que são mais voltados para atividades do setor de serviços, a exemplo do turismo.

A atividade da pecuária é caracterizada pela criação de diversos tipos de rebanho, tendo uma maior ênfase na produção de Galináceos, principalmente a produção de galinhas, que representa 76% de toda a produção pecuária. Em relação ao Estado, esta atividade pouco representa a produção total, pois somente 0,48% da criação de rebanhos na Bahia estão no Baixo Sul, mas tem importante relevância para a economia local.

Com relação a atividade de comércio, no Baixo Sul há cerca de 1,66 mil estabelecimentos comerciais formais, sendo a grande maioria destes de comércio varejista. Em 2016, do total de estabelecimentos comerciais varejistas constituídos no território, 44% destes se concentraram nos municípios de Valença, Gandu e Camamu, sendo Valença o município considerado o pólo comercial no território com maior número de estabelecimentos e empregos formais vinculados à atividade quando comparado aos demais municípios.

Já em relação ao segmento de serviço, o território dispõe de 2,77 mil estabelecimentos formais com uma variedade de tipos de serviços, tendo destaque os estabelecimentos de alimentação, hospedagem e saúde.

A partir da diversidade social, ambiental e cultural, o território dispõe de uma atividade turística muito forte, principalmente na zona turística da Costa do Dendê, sendo Cairu o município que mais movimenta a atividade de turismo no território. Os destinos turísticos mais famosos e consolidados do território são as ilhas de Morro de São Paulo e Boipeba, ambos localizados no município de Cairu.

Além disso, há uma gama de atividades no território que se atrelam a atividade turística. Dentre elas, destacam-se as manifestações culturais, festividades de diversos tipos, culinária diversificada, a produção de artesanatos e a pesca e mariscagem.

A exposição das vocações socioeconômicas e cadeias produtivas existentes no Território do Baixo Sul evidencia uma pluralidade em potencialidades econômicas. Destacam-se atividades vinculadas à agricultura e ao turismo com foco no desenvolvimento local do território, considerando suas características econômicas, sociais, culturais e ambientais.

O potencial econômico do território pode ser aproveitado a partir da organização ou gestão da articulação entre os atores envolvidos nas atividades econômicas - produtores locais, organizações da sociedade civil, empresas privadas, organizações públicas - com foco na agricultura e em outros segmentos da atividade turística. Além disso, deve-se considerar a implementação de agroindústrias como um fator para otimização produtiva do Território.

1.3. ATUAÇÃO ATRAVÉS DA ECONOMIA SÓLIDÁRIA

As ações e as políticas públicas com foco em economia solidária executadas no território Baixo Sul, pelo seu caráter holístico, contribuiu bastante para ampliar a visibilidade da importante atuação de mulheres e homens do campo e da cidade, de grupos produtivos urbanos e rurais, bem como, iniciar um processo de dinamização socioeconômica no território a partir de geração de produtos e serviços com sentido e utilidade agregados, aproximando-os ainda mais dos consumidores/clientes, e incorporando premissas e dimensões fundamentais, a exemplo da igualdade racial e de gênero, autonomia e liderança comunitária, inclusão socioprodutiva, finanças solidárias, atuação em rede, trabalho decente, comércio justo, etc.

Essa atuação proporcionou a **inclusão socioprodutiva de cerca de 130 empreendimentos econômicos solidários**, por meio do estudo de viabilidade econômica (EVTE), agregação de valor aos produtos (*melhorias, rótulos, informações nutricionais*), da criação de espaços e lojas de comercialização (*espaços solidários*), e ocupação de espaços para comercialização (*feiras semanais da economia solidária*), articulação e fortalecimento da atuação coletiva (*intercâmbios, redes de cooperação e fundos rotativos*), ampliação e prospecção de mercados (*vendas virtuais e parcerias para vendas nos grandes centros*).

Ao aprofundar o olhar sobre as condições ambientais, sociais, políticas e culturais do Território do Baixo Sul, percebe-se como **a economia solidária apresenta possibilidades de atuação em diversas áreas**. Entretanto, alguns campos de atuação são especialmente o que se pode chamar de potencialidades. Como visto nos pontos anteriores desta proposta, a agricultura e o turismo são atividades que se destacam enquanto potencialidades socioeconômicas do território, sendo também de grande valor para a economia solidária.

Definimos algumas **linhas estratégicas de ações**, que deverão orientar o serviço de assistência técnica do Cesol junto aos empreendimentos durante os próximos anos. A intenção é ter uma atuação orientada às potencialidades levantadas pelo diagnóstico socioeconômico do território construído pelo Centro Público em parceria com Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia – ITES-UFBA, fortalecendo e desenvolvendo os empreendimentos de acordo com suas capacidades alinhadas às oportunidades, de como destacado a seguir.

1.3.1. Turismo e Produção Associada

Atualmente, o Turismo que caracteriza o Baixo Sul é o de Sol e Praia. Os municípios de Cairu (Morro de São Paulo e Boipeba) e Valença (Guaibim), reconhecidos como destinos turísticos, restringem o foco e atenção do planejamento e marketing turístico a uma pequena área do Território invisibilizando os demais municípios, os quais ainda não existem estratégias bem delineadas para o setor, muito embora tenha potencial turístico elevadíssimo.



No Baixo Sul que tem grande possibilidades para segmentação da oferta turística⁹ (turismo de lazer, turismo de aventura, turismo náutico, turismo e práticas de esporte, turismo ecológico e turismo cultural), ao pensar nas **potencialidades turísticas para a economia solidária**, torna-se necessário ampliar as perspectivas de atuação/atração turística na região, aproveitando outras tantas potencialidades pouco aproveitadas, tanto no que diz respeito à atrativos ambientais quanto culturais, articulando uma série de atividades que conformam a **produção associada ao turismo**, como por exemplo a gastronomia, hospedagem, artesanato e transporte.

Outro ponto a ser destacado nessa articulação entre Turismo e Economia Solidária, é **Turismo de Base Comunitária**¹⁰ mostra-se como potencialidade geracional de trabalho e renda. Nele, há ressignificação do turismo pelas comunidades, estritamente aquelas que não dispõe de equipamentos turísticos convencionais (grandes hotéis, restaurantes, etc.), mas, se fomentadas podem desenvolver formas de acolhimento estruturadas localmente (hospedagem, familiar, guias e condutores locais, grupos de artesanato com produção singular no território; alimentação da gastronomia local, etc.).

1.3.2. Economia CriativaSolidária

Baseando nos princípios da Economia Solidária, a Economia Criativa surge como uma oportunidade de resgatar o cidadão, inserindo-o socialmente, e o consumidor, inserindo-o economicamente. A Economia Criativa remete a capacidade de criar, reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos desconexos e equacionar soluções para novos e velhos problemas. Fortalecer esses de negócios e empreendimentos coletivos em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade, cultura, novas tecnologias ou capacidade intelectual de indivíduos visando à geração trabalho e renda. Através da valorização do simbólico, da cultura e das raízes, a economia criativa/solidária preconiza o desenvolvimento local.

Com o objetivo de trabalhar de uma forma integrada e coletiva para consolidação dessa nova forma de economia, considerando abriu a possibilidade de ver as artes, a mídia ou design como forma

⁹ Segmentação da oferta diz respeito ao tipo de turismo que será oferecido ao visitante. A definição desses tipos de turismo é realizada a partir da existência de certas características comuns em um território, podendo ser ecoturismo, aventura, sol e praia, dentre outros segmentos.

¹⁰ TBC é uma prática de gestão dos vários tipos de Turismo desenvolvida pelos próprios moradores de um lugar, passando a articular atividades, operações e empreendimentos em uma comunidade que recebe visitantes de vários níveis. Os produtos e serviços ofertados por uma comunidade local são denominados "Turismo de Base Comunitária" TBC, caracterizando-se como forma de gestão de outros segmentos, como o turismo étnico/indígena ou ecoturismo por serem convenientes ao controle da comunidade. O TBC é uma alternativa ao modelo de turismo convencional que atende as necessidades de conservação dos modos de vida tradicionais e da biodiversidade de pequenas comunidades, além de estimular o desenvolvimento econômico local.

de desenvolver a economia local, o Cesol irá atuar na assistência técnica a empreendimentos e grupos que tem atuação e potencial na economia criativa e solidária.

1.3.3. Artesanato e Identitário

O artesanato é outra grande potencialidade para a economia solidária, em especial dentro da cadeia de turismo. O Baixo Sul possui forte tradição indígena com o trabalho da piaçava, coco e taboa, que possibilita uma diversidade de produtos artesanais, tanto ligados a culinária, como cestos, apoios de mesa, assim como itens de casa como esteiras, luminárias ou cortinas. Junta-se a isso as potencialidades de utilização das cerâmicas de Aratuípe como asoringas, panelas, filtros e objetos decorativos. Todos esses produtos locais podem ser potencializados quando integrados à cadeia do turismo, como por exemplo a criação de uma preparação culinária nova, que necessita de um tipo de panela específica que só encontra no território, criando movimentos culturais novos na região. Ainda neste campo de materiais locais sustentáveis e dentro de uma perspectiva de produção artesanal, podemos destacar as técnicas de construção sustentável. Como as paredes de adobe ou taipa, assim como móveis feitos com madeira de coqueiro ou borracha de pneu, que possuem alto valor agregado, destacando-se os “telhados” de palhas que possui grande demanda no setor turístico da região.

1.3.4. Espaços e Rotas de Comercialização

A partir da atuação nestes dois anos de contrato, constata-se uma grande quantidade de empreendimentos econômicos solidários de produção de alimentos e da agricultura familiar no território e atendidos pelo Cesol. Só neste ano de 2020, esses empreendimentos deste segmento, a partir do apoio e da articulação direta do Centro Público de Economia Solidária, comercializaram mais de R\$ 400 mil reais, nas feiras semanais de economia solidária, nos espaços solidários (lojas), nas vendas em Salvador através da Rede Raízes do Brasil em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e nas vendas de alimentos para montagem de cestas solidárias para a população mais atingida pelos efeitos da pandemia da Covid-19 em parceria com diversas instituições e com um termo de colaboração com a Setre.

Nesses próximos anos, o objetivo é fortalecer a atuação da Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários para ampliar a comercialização nos espaços físicos já existentes, bem como implantar novos (lojas e feiras), e construir rotas de comercialização para envio e recebimentos de produtos, e atuar em



diferentes estratégias de produção adequadas às possibilidades de comercialização para empreendimentos da economia solidária. Destacamos três estratégias principais:

- i) Produção orientada para comercialização de grandes centros urbanos, principalmente Salvador, aproveitando os já existentes de contatos, comercialização e logística e com a implantação de espaços de beneficiamento simples dos produtos in natura;
- ii) A segunda estratégia de atuação é o investimento em uma produção voltada para o mercado alimentício local, ampliando a estratégia já praticada pelos empreendimentos;
- iii) Por fim, a terceira estratégia de atuação que pode ser muito explorado pela Economia Solidária é o consumo específico voltado para o turismo na região, inclusive para o consumo da atual tradição turística.

1.4. DESENHO METODOLÓGICO

Mediante a experiência consolidada pela gestão deste contrato do Cesol no Território Baixo Sul, congregando ações de fomento à inclusão socioprodutiva de agricultores familiares e artesãos e consequentemente a abertura de mercados consumidores, o Instituto de Gestão de Políticas Sociais concentrará esforços na manutenção das boas práticas realizadas, e nesse novo ciclo instituirá novos mecanismos de gestão e de governança que permitam aos empreendimentos econômicos solidários a inserção em novos mercados, o fortalecimento da imagem e reputação mediante implementação de inovações em produtos, e concomitantemente desencadear processos de mobilização social com consistência suficiente para incidir em políticas públicas (do desenho inicial à implementação).

FIGURA 3 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO





AUTOR: INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2018.

1.5. ESTRATÉGIAS

Considerando os elementos citados no tópico anterior, serão apresentadas a partir deste ponto, de forma detalhada as ações e produtos vinculados aos componentes que disciplinarão as ações do contrato de gestão.

1.5.1. Assistência técnica com foco em gestão para os EES[CF.1]

Para melhorar a capacidade gerencial, empreendedora e socioproductiva dos empreendimentos econômicos solidários será fundamental a elaboração (no caso de novos) ou atualização de seus **Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica-EVTE** e estruturarem seus **Planos de Ação [CF.1.1.1]**, de modo a viabilizar o acompanhamento sistemático dos empreendimentos pela equipe do Cesol. Em ambos os instrumentos serão adotadas linguagens e aplicações simplificadas, criteriosamente selecionadas pelo CESOL e devidamente contextualizadas aos valores e princípios da economia solidária.

Após a consolidação do **Banco de Dados**, a partir das informações coletadas nos diagnósticos, será construído um cronograma de visitas técnicas com os Empreendimentos Econômicos Solidários, resultando assim, na consolidação do calendário de assistência técnica e social.

Através das visitas em cada empreendimento serão dedicadas à atualização ou elaboração dos EVTE e dos Planos de Ação. Esta visita personalizada possibilitará um trabalho de georreferenciamento dos empreendimentos (o que permitirá a rastreabilidade dos produtos). Poderão ser realizadas ainda oficinas para a elaboração dos Planos de Ação. Nestas, para otimizar esforços e resultados, os empreendimentos serão nucleados a partir da adoção dos seguintes critérios: segmento de produção e localização. Para garantir a qualidade das produções elas serão realizadas para grupos compostos por

pelos menos 05 pessoas de cada empreendimento atendido e podendo ser ministradas para até 03 empreendimentos simultaneamente.

A partir dos resultados da coleta inicial, serão concebidos diferentes formatos de **assistência técnica a serem prestadas aos EES [CF.1.2.1]**, que em alguns momentos pode ocorrer de maneira particularizada, *in loco* ou remotamente, ou ainda assumir um caráter coletivo (quando algumas demandas forem recorrentes em vários empreendimentos), descrevendo as ações que estão sendo realizadas para os EES, visando a inclusão socioprodutiva.

A construção dos alinhamentos conceituais, metodológicos e operacionais será o resultado de **Reuniões Periódicas de Equipe** que serão realizadas com o objetivo de qualificar e habilitar o efetivo para condução dos trabalhos, bem como o acompanhamento da evolução dos seus resultados junto aos empreendimentos.

1.5.2. Assistência técnica focada em comercialização[CF.2]

O maior desafio dos empreendimentos econômicos solidários atendidos pelo CESOL do Território Baixo Sul por um lado é o de ampliar a escala de produção, melhorar a condição logística e a capacidade de entrega, ampliar a visibilidade e identificação de novos mercados para inserção dos seus produtos, com maior valor agregado, nas diversas oportunidades de mercados, institucionais ou convencionais, sem distanciarem-se dos princípios e valores da economia solidária. Por outro lado é o trabalho de fortalecimento e consolidação da Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários e suas condições de autofinanciamento através das Finanças Solidárias.

Por esses motivos, será fundamental dar início com a atualização dos EVTE e Planos de Ação, para dar base na seleção das estratégias adequadas de *marketing* e comercialização, além de monitoramento contínuo do desempenho das metas pactuadas.

Mediante a consolidação dos resultados da experiência da execução do contrato e de diagnósticos (mapeamento de produção e consumo dos EES e do território onde os empreendimentos estão inseridos), ter-se-á uma melhor compreensão da capacidade produtiva e de atendimento dos empreendimentos a potenciais demandas de comercialização, **visando à inserção de produtos nos mercados [CF.2.1]**. Para tanto, a partir da rede dos EEES, serão adotadas as seguintes ações estruturantes, alinhadas com o Plano de Marketing:

→**Estudo mercadológico**: Paralelamente à análise das condições concretas dos empreendimentos, será analisada a dinâmica do mercado (quem são, onde estão os clientes, o que consomem e quanto estão dispostos a pagar pelos produtos) para então identificar no portfólio dos empreendimentos aqueles produtos que são aderentes aos distintos segmentos mapeados.

→**Melhorias e Inovação em produtos [CF.2.2]**: realizar pesquisa de satisfação com consumidores, para a partir das suas **experiências** com os produtos, coletar impressões e feedbacks sobre possíveis melhorias que podem agregar valor aos referidos (melhoria da tecnologia, da produção, de visualização e embalagem) e com isso, reposicioná-los no mercado.



- **Adequação de preços:** avaliar os custos de produção, logística, marketing, propaganda, a fim de identificar se os preços praticados estão coerentes, considerando a dinâmica do **mercado**, e realizar os ajustes necessários visando a melhoria a performance das vendas.
- **Consolidação do Portfólio de Produtos:** elaborar catálogos e outros materiais demonstrativos para apresentação dos **produtos**;
- **Mapeamento dos marcos regulatórios:** aplicados às questões de sanitárias e de comercialização;
- **Identificação, formação e avaliação contínua da atuação em rede para comercialização:** definir estratégia de atuação da interlocução da Rede que deve ser a responsável pelo posicionamento dos produtos no mercado e pela identificação dos pontos de venda adequados, por manter bom relacionamento com os clientes e consumidores em potencial.

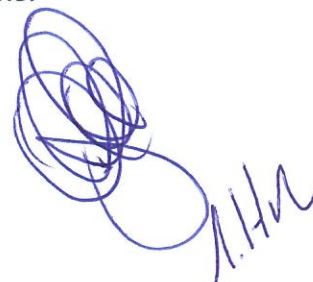
Importante ressaltar que para a execução dos serviços relacionados ao **desenho e desenvolvimento de melhoria (rótulos, tabelas nutricionais, código de barras, designe de produtos, embalagem, etc.) em produtos [CF.2.2.1]** dos empreendimentos serão contratados consultores com perfil próximo aos dos empreendimentos atendidos. Os produtos selecionados devem ter no mínimo 02 aspectos melhorados.

Em alguns casos, as melhorias indicadas pelos consumidores podem ter sido identificadas previamente pelos empreendimentos durante o diagnóstico e ao longo da elaboração do Plano de Ação. Caso não tenham sido, o CESOL deve negociar com os empreendimentos a inserção/atualização dos planos, assim como orientar no exercício de priorização das demandas. O exercício da negociação será contínuo, principalmente sobre esse tópico, uma vez que este afeta todo cronograma do convênio.

Para garantir uma **inserção dos produtos dos empreendimentos em mercados convencionais [CF.2.1.1]**, será contratada uma consultoria para definir um **Plano Estratégico de Comunicação e Marketing [CF.2.3.1]** para a Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários e o **desenvolvimento de peças de comunicação e marketing [CF.2.3.2]**, considerando a identidade e a variedade de produtos, a relação com a identidade local e territorial, trabalhando a essência da Economia Solidária e Comércio Justo. O plano será guiado pelas seguintes estratégias:

- Consolidar a confiança, a imagem e da reputação da Rede, dos produtos por ela comercializados e dos empreendimentos econômicosolidários;
- Gerar valor compartilhado a partir do fortalecimento de vínculos, acordos e o sistema degovernança;
- Inspirar e engajar todos os atores sociais impactos pelas mensagens e pelos ganhos gerados pela economia solidária em todo oterritório.

Do ponto visto operacional, esse planejamento contemplará:



- **Criação de coleções** (agrupamento de produtos por identidade de produção, temáticas, localidades, características, matérias-primas, etc);
- **Requalificação dos canais de comunicação e mídias existentes** (eletrônica - sites, páginas em redes sociais / radiofônica / impressa - folders institucionais, relatórios anuais, apresentações) existentes nos empreendimentos econômicos solidários, no próprio CESOL;
- **Elaboração campanhas publicitárias** (redes digitais, sites de vendas, banners, cartazes, catálogo de produtos, spot para rádios, vídeos curtos, entre outros);
- **Desenvolver uma plataforma digital compartilhar experiências**, divulgar boas práticas de produção da economia solidária comprometidas com o desenvolvimento socioambiental;
- **Mapeamento e ampliação da visibilidade dos impactos positivos** da atuação do CESOL, realçando a transformação social a partir da presença dos empreendimentos econômicos solidários no Território.
- **Realização de eventos promocionais** de demonstração e degustação de produtos.
- **Confecção de mostruário/mobiliário de ponto de venda para exposição produtos e informações dos produtos da Economia Solidária** e dos empreendimentos econômicos solidários atendidos pelo CESOL, com o objetivo de destacar tais produtos nos estabelecimentos comerciais parceiros.

Para auxiliar os gestores ou lideranças dos empreendimentos a implementarem as soluções supracitadas, a fim de que estruturem o processo de expansão mercadológica para novas cadeias de valor, defende-se a importância de investir na formação contínua, orientada para a gestão das mudanças, visando a ampliação do conhecimento, de técnicas e a apropriação de ferramentas nas seguintes áreas de conhecimento: Marketing/Comunicação Estratégica, Propaganda, Relações Públicas, Logística e Precificação. Por isso, além de incluir essas temáticas no processo de formação técnica, política e social dos empreendimentos, o **Cesol conectará os seus gestores ou lideranças a especialistas com reconhecida experiência em comercialização de produtos oriundos da economia solidária a partir do formato de Mentoria**, onde estes serão convocados a refletirem e a superarem desafios a partir de aconselhamentos e orientações técnicas de profissionais/especialistas que já atravessaram situações similares, e que hoje se constituem referências em seus segmentos de atuação.

Para reforçar a governança, em especial nos aspectos referentes à comercialização, será instaurado o **Comitê de Verificação e Certificação da Qualidade-CVCQ**, uma instância colaborativa que monitorará os requisitos de qualidade dos produtos (sistemas produtivos, embalagens, rótulos, tabela nutricional, design de produtos), dos relacionamentos com os consumidores (atendimento e relacionamento com clientes) e os riscos inerentes às operações (cumprimento de condicionantes legais e gerenciamento de crise).

O CVCQ será uma estrutura cooperativa, composta pela equipe do CESOL, representantes dos empreendimentos econômicos solidários, Setre, Rede dos EES, representação do conselho deliberativo do Instituto de Gestão e Políticas Sociais, entre outras instâncias parceiras, além de representação de clientes/consumidores (distribuidores/usuário final). O CVCQ se reunirá semestralmente para:




- definir diretrizes para **alavancar vendas**;
- avaliar o **desempenho do setor comercial**;
- aprovar estratégias formuladas pelo CESOL para **atração de novos mercados consumidores e fortalecimento de vínculos** com todos atores que integram as cadeias de valor dos empreendimentos.

1.5.3. Inserção de EES em lojas fomentadas pelo Cesol através da implantação e fortalecimento de espaços solidários de comercialização[3.4]

As lojas e feiras locais apoiadas e fomentadas pelo Cesol são canais importantes e estratégicos para a comercialização e articulação dos empreendimentos. Essa será uma ação estratégica **inserir produtos dos empreendimentos para comercialização** [CF.3.4.1] nestes espaços, tanto no território quanto fora dele em lojas fomentadas por Centros Públicos de outros territórios.

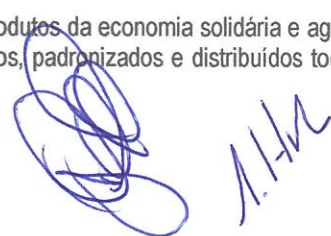
Um dos objetivos de fortalecer e impulsionar as vendas no Território Baixo Sul e em outras regiões da Bahia, é a atuação em rede dos empreendimentos, articulando a logística, distribuição e recepção de produtos, o fortalecimento dos espaços de comercialização [CF.3] a exemplo de lojas físicas já existentes em Taperoá e Ituberá, das feiras de economia solidária, em Valença e Teolândia, bem como e em outras cidades em parcerias com os empreendimentos solidários.

Está sendo realizada a requalificação do Espaço Solidário, loja implantada no município de Valença-BA constitui-se como uma prioridade, já que desde 2017 tornou-se uma referência para comercialização de produtos da economia solidária e dos diferentes empreendimentos econômicos solidários do território, que com a ação a partir deste contrato agregou muitos mais produtos de toda a região Baixo Sul e de outros territórios. Além das lojas, podemos pontuar o fortalecimento das feiras locais de economia solidária e agricultura familiar nos municípios de Valença, Teolândia, Presidente Tancredo Neves e o fomento em outros municípios.

Ainda como estratégia de ampliar a visibilidade e melhoria das vendas e o fortalecimento da rede, há a proposta de ser implantado em parceria com os empreendimentos solidários um Armazém como ponto de beneficiamento, padronização e comercialização, no prédio onde funciona a sede do Cesol¹¹, que é um galpão multifuncional cedido pela SUDIC. Dessa forma ter-se-á um local estrategicamente situado, no município de Nilo Peçanha-BA, às margens da BA 001 que tem uma circulação turística muito grande para destinos famosos como Boipeba, Moreré, Barra Grande, Taipus de Fora, Itacaré, Serra Grande. Esse local, dedicado à demonstração e venda dos produtos, servirá de base para a padronização, logística e circulação da produção dos empreendimentos e como mais uma referência para o acesso facilitado aos produtos pelos consumidores.

Devido à multifuncionalidade do CESOL integrado com o Armazém, o local contará com as seguintes instalações: restaurante/lanchonete; sala de formação para realização de capacitações e pequenos eventos; escritório e sede da Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários; área para estocagem de produto, unidade simplificada de beneficiamento de alimentos e uma loja onde os produtos da economia solidária e agricultura familiar serão demonstrados e comercializados. Sua

¹¹ O principal objetivo do Armazém é servir de referência para comercialização dos produtos da economia solidária e agricultura familiar sendo um entreposto onde os produtos destes empreendimentos são reunidos, padronizados e distribuídos todos sob uma mesma política comercial.



infraestrutura será cuidadosamente estruturada para ser consolidar enquanto um atrativo para os cidadãos do Baixo Sul, que circulam por esta rodovia, mas também para os turistas que visitam a Costa Dendê para conhecer de perto os atrativos naturais ou socioculturais.

A estratégia de comercialização por meio da Rede otimizará os sistemas de produção, controles gerenciais, estratégias de comunicação e distribuição dos produtos, com uma qualidade e agilidade superior a que cada empreendimento atingiria se o fizessem de maneira desarticulada.

1.5.4. Integração dos empreendimentos a redes de comercialização[CF.3]

Com objetivo de fortalecer a articulação, a produção, a organização e a comercialização dos EES atendidos pelo Cesol Território Baixo Sul, a atuação da assistência técnica irá priorizar o fortalecimento da **Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários [CF.3.1]**. O Cesol fortalecerá e fomentará o estabelecimento de conexões entre os empreendimentos, para que, ao identificarem sinergias, construam oportunidades efetivas de otimização dos seus Planos de Ação, e consequentemente ampliem o raio de distribuição dos seus produtos.

As conexões serão progressivamente construídas por meio de mobilizações para construção de pautas comuns em **reuniões, fóruns técnicos** (Colegiado Territorial), **capacitações** e **intercâmbios**. Esse conjunto de ações contribuirá significativamente para o fortalecimento da Rede Baixo Sul de Empreendimentos Solidários, e consequentemente da sua Cooperativa Central com fins de comercialização [3.2.1].

As redes de cooperação presentes no território serão dinamizadas e estimuladas a interagirem com outras redes de comercialização atuantes em âmbito estadual ou nacional. Os **intercâmbios**, com outras **redes de fora do Baixo Sul**, serão provocados a fim de que os EES explorem experiências com diferentes níveis de complexidade e escalas territoriais de atendimento. Esse processo será fundamental para fortalecer relações de confiança antes mesmo de iniciarem **transações comerciais entre Cooperativas Centrais**. Para avançar em tais conquistas o CESOL deverá fundamentalmente cumprir as seguintes estratégias:

- Elaborar um **Plano de Gestão e Desenvolvimento Institucional** para a Rede;
 - ✓ Gestão Estratégica de Portfólio (Programas e Projetos) e Processos
 - ✓ Desenvolvimento de pessoas
 - ✓ Pilares da Governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.
- Realizar eventos, assembleias, reuniões, debates e capacitações com os EES, cooperativas singulares e demais empreendimentos econômicos solidários.
- Contratar consultoria jurídica e contábil para potencializar e manter regular e segura a atuação da Cooperativa Central;



Expandir o alcance e ampliar a visibilidade dos produtos para outros mercados será um ganho muito expressivo para os empreendimentos econômicos solidários, mas não fará sentido se as suas bases de relações, inicialmente no território, forem frágeis. Por esse motivo, a estratégia de marketing do Cesol Baixo Sul será orientada para consolidação da imagem e da reputação dos empreendimentos e dos seus produtos, e para o fortalecimento, localmente (por meio da realização de feiras itinerantes e a inserção dos produtos nas feiras locais são exemplos o que já vem sendo feito na região e transformando positivamente a vida de muitas famílias), da política pública de economiasolidária.

Além de promover intercâmbio de experiências e conhecimentos com outras redes de comercialização, o **CESOL inserirá seus produtos nas lojas apoiadas ou fomentadas por outros Centros públicos [CF.3.4.1]**, assim como reservará espaços para comercialização de produtos de outros territórios em sua loja física.

1.5.5. Promoção de eventos, formações e articulações

1.5.5.1. Política Pública Municipal de Economia Solidária[5.1]

O Cesol criará uma força-tarefa no sentido de influenciar as gestões públicas municipais a construir e constituírem **polícias públicas municipais relacionadas à Economia Solidária**. Para isso deverá realizar ações, reuniões e articulações a fim de qualificação e ampliação do debate, da reflexão e da construção de estratégias para superação dos desafios presentes e futuros no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários (logística, comercialização, qualidade dos produtos, relacionamento com consumidores) e articule arranjos institucionais que influenciem na formulação e implementação de agendas e políticas públicas neste setor.

As formações, plenárias e eventos serão espaços de difusão da essência da economia solidária e fomento à experimentação de atividades que favorecerão o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, e que apresentem potencial para ganhar escala, caso seja estruturado em programas ou projetos públicos, porém, de maneira coesa, e não mais tratada de maneira superficial e fragmentada em diferentes grupos temáticos de trabalho (juventude, mulheres, crédito, etc.).

Esta proposta contempla ainda realização de pelo menos uma edição de um **Fórum Territorial de Economia Solidária do Baixo Sul**. O Fórum Territorial devem problematizar os instrumentos de políticas públicas que podem ser aplicados no território tendo a economia solidária como eixo estruturante. O formato poderá ser agregado a outras ações mobilizadoras, onde os atores citados anteriormente atuarão como interlocutores legítimos de demandas com potencial para dinamizar econômica e socialmente o território.

1.5.5.2. Agenda pelo Consumo Responsável do Território Baixo Sul[3.5]

O Cesol irá realizar **ações presenciais ou virtuais para fomentar e estimular a prática do consumo responsável [CF.3.5.1]**. Um dos objetivos é de fomentar a percepção positiva da comunidade em geral e dos potenciais consumidores sobre a origem dos produtos e a dinâmica das cadeias

produtivas locais, bem como os resultados e os impactos efetivos da Economia Solidária no território. A partir do entendimento do consumo enquanto um ato político, o Cesol se desafiou trazer para o território uma discussão sobre o tema Consumo Responsável nestes últimos dois anos, e assim contribuir para um alinhamento conceitual e sociopolítico sobre o tema, apontando ligações com práticas existentes.

A Agenda tem como objetivo principal “provocar reflexão e sensibilizar para a mudança de atitude da população do Território Baixo Sul da Bahia na relação com o consumo de bens e serviços, a partir da valorização da produção local” e como objetivos específicos:

- Favorecer a troca de experiências baseadas em estratégias de produção e comercialização orientadas para a filosofia do consumo responsável.
- Influenciar a criação e o fortalecimento de novos circuitos de comercialização focados no estreitamento da relação entre produtores e consumidores.
- Difundir a agenda do Consumo Responsável como um princípio estratégico aderente à condução das políticas de Economia Solidária.
- Estimular a adoção progressiva de práticas de Consumo Responsável a partir da socialização de boas práticas em curso, em contextos similares aos que vivem os públicos a serem afetados pelos eventos com estatística.

O conjunto de ações a serem implementadas pretende atingir ao seguinte público:

- Representantes do Poder Público municipal do Território Baixo Sul;
- Representantes de instâncias colegiadas existentes na região (Colegiado Territorial, Câmaras Técnicas, Consórcios);
- Representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários (zonas rural e urbana);
- Estudantes, professores e gestores de escolas públicas e privadas de diferentes níveis de ensino do Território Baixo Sul;
- Representantes da cadeia de valor dos EES (incluindo clientes e fornecedores);
- Sociedade em geral.

1.5.5.3. Festival de Economia Solidária

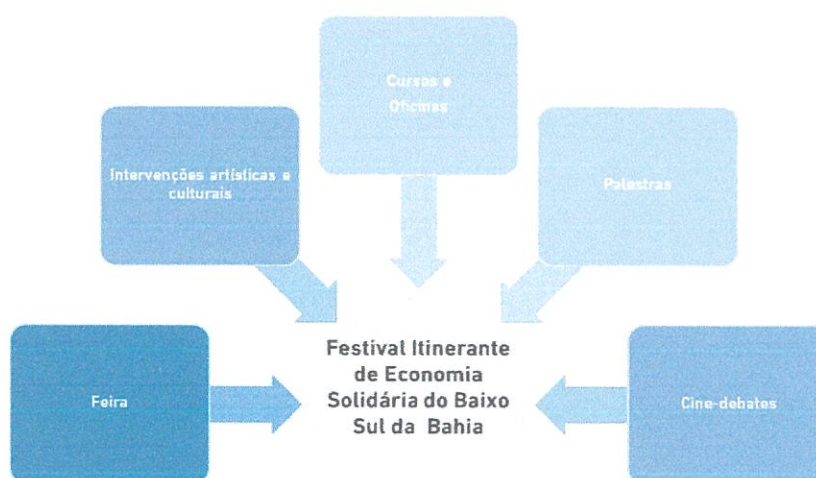
Considerando a necessidade de fortalecer o movimento de Economia Solidária e estimular o consumo ético e solidário no Território Baixo Sul serão realizadas edições do **Festival da Economia Solidária**.

A metodologia e os procedimentos operacionais a serem adotados no planejamento e na execução do Festival serão elaborados pela equipe do CESOL de modo a direcionar os responsáveis pela coordenação e integração de todas as atividades do Festival.

Além de uma **feira voltada à comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários**, o Festival agregará atividades culturais e educativas que utilizarão diferentes linguagens (audiovisual e musical) e formatos (oficinas e rodas de diálogo), constituindo-se como uma oportunidade de apresentar em cada município os resultados e impactos positivos das políticas públicas no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários em suas múltiplas dimensões (social, política, econômica, cultural e ambiental) e as suas influências nas políticas territoriais.



FIGURA 5 – FESTIVAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



AUTOR: INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2018.

Toda a organização do Festival ficará a cargo dos empreendimentos econômicos solidários que integram os fóruns citados na seção anterior, com o apoio do Colegiado Territorial e sob a supervisão do CESOL que também confeccionará um mostruário/mobiliário de ponto de venda para exposição produtos da Economia Solidária e dos empreendimentos atendidos sendo mais um instrumento de divulgação.

O debate qualificado sobre temáticas relevantes ao movimento será viabilizado pelo CESOL por meio de parceria com Instituições de Ensino Superior (Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC; Universidade Estadual da Bahia - UNEB e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB), Organizações da Sociedade Civil (ASCOOB, UNISOL, UNICAFES,) e poder público (SESOL/SETRE, CAR/SDR) que cederão especialistas com notório saber e vasta experiência no mercado, para ministrarem palestras ou mediarem rodas de diálogo ou oficinas.

Importa ressaltar que o Festival será uma oportunidade de formação continuada para todas as pessoas envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, e para os visitantes e consumidores da feira e demais intervenções culturais. A partir dessas ações **espera-se que o público conheça em profundidade sobre a origem dos produtos, as cadeias produtivas envolvidas e reconheçam a necessidade de consolidação das políticas públicas de economia solidária em âmbito local.**

O Festival também será uma estratégia para fortalecer implantação das Políticas Públicas Municipais. O público será provocado a perceber e a refletir sobre as intersecções, possíveis e necessárias, entre as políticas de economia solidária, com aquelas que combatem ao racismo institucional, que estimulam a igualdade de gêneros, as que fomentam o trabalho decente e o comércio justo, todas elas sustentadas pelo reconhecimento e a valorização da história e da identidade dos territórios.

1.5.5.4. Constituição de Fundos Rotativos Solidários

Na perspectiva de contribuir com a sustentabilidade das ações previstas no convênio e viabilizar aos empreendimentos a possibilitar novos mecanismos de finanças, **será fortalecido o fundo rotativo que, de forma mais independente, apoiará novos projetos produtivos em rede na região [CF.3.3]**, tornando-se assim, uma alternativa frente eventuais limitações de recursos decorrentes de mudanças de rumos de projetos sociais ou de políticas públicas neste setor. Para avançar nessa construção o CESOL realizará as seguintes ações:

- Mobilizar uma organização com experiência em fundos rotativos para assessorar os **Fundos Rotativos Solidários no Território Baixo Sul [3.3.1]**.
- Promover um intercâmbio com integrantes para conhecer duas experiências exitosas de Fundos Rotativos Solidários em operação.

Realizar formação sobre **Finanças Solidárias**, com foco específico na formação de fundos rotativos solidários, envolvendo os empreendimentos interessados viver essa experiência.

Ações	TEMÁTICAS ABORDADAS	CARGA HORÁRIA
1 – OFICINA: Noções Gerais sobre Finanças Solidárias	– Economia Solidária e seus princípios: ✓ Autogestão / Democracia ✓ Solidariedade / Cooperação	8
2 – CURSO: Experiências em Finanças Solidárias	– Banco Comunitário – Cooperativas de Crédito – Fundos Rotativos	12
3 – MISSÃO TÉCNICA: Fundos Rotativos Solidários na prática	– Troca de experiências com Organizações que implementaram Fundos Rotativos Solidários.	24

1.5.6. Formação técnica, social e política em Economia Solidária

O público a ser impactado diretamente pelo Cesol através das ações previstas nesta proposta é bastante heterogêneo do ponto de vista do acúmulo de conhecimentos acerca da Economia Solidária. Motivo pelo qual, as ações educativas assumirão um caráter transversal e integrarão três importantes dimensões: a técnica, a social e a política, compreendendo a importância de tais categorias para o empoderamento dos atores sociais e o fortalecimento dos empreendimentos.

Visando favorecer uma ambiência rica em diferentes possibilidades de aprendizagem, de modo que estas sejam profundas, carregadas de significados e com amplo potencial de transformação individual e coletiva, serão mediados conteúdos e vivências, a partir de práticas pedagógicas suportadas pelos seguintes recursos didáticos: exposição dialogada, trabalhos em grupo, dinâmicas de grupo, estudos de caso, seminários, recurso audiovisual, estudo dirigido, chuva de ideias, vivências, etc.

Para direcionar os itinerários formativos dos atores que serão alvo das ações, pensou-se na estruturação de três eixos que encadearão intervenções pedagógicas visando a **transmissão de valores**, bem como a **qualificação/aperfeiçoamento** em áreas específicas do conhecimento úteis à otimização processos produtivos e de vendas, que terão como foco a **apropriação**, a **contextualização** e a **disseminação dos conhecimentos [CF.5.2][CF.5.3]**. São eles:




EIXOS	TEMÁTICAS ABORDADAS	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO
1 – Introdução à Economia Solidária	– Economia Solidária ✓ História e Conceitos – Princípios: ✓ Autogestão ✓ Democracia ✓ Solidariedade ✓ Cooperação	8	10 cursos (5 por ano) x 25 participantes/por turma = 250 pessoas: – Estudantes do Ensino Médio de Escolas Públicas Estaduais. – Consumidores que se interessem pela temática.
2 – Economia Solidária na prática: Experiências Global e Locais	– Economia Social e Solidária – Finanças Solidárias – Estratégias de Desenvolvimento Territorial – Identidade territorial – Comércio justo – Consumo Ético e Solidário	16	4 cursos (2 por ano) x 25 participantes/turma = 100 pessoas: – Representantes de grupos produtivos informais – Representantes dos empreendimentos econômicos e solidários – Integrantes do Colegiado Territorial interessados em aprofundar sobre o tema – Gestores públicos sensibilizados para integração da temática a políticas e programas.
3- Economia Solidária: Interfaces com diferentes compromissos socioambientais	– Economia Social e Solidária – Agenda do Trabalho Decente – Consumo Consciente – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – Valor compartilhado – Impacto Social – Sustentabilidade	24	2 cursos (1 por ano) x 25 participantes/turma = 50 pessoas: – Integrantes do Colegiado Territorial interessados em aprofundar sobre o tema – Representantes dos empreendimentos econômicos e solidários – Responsáveis por Comunicação, Marketing e Vendas.

Anualmente serão ofertadas 5 edições de cada um dos cursos. Em dois anos espera-se atingir nestas formações cerca de 400 pessoas, conforme detalhamento apresentado no quadro acima.

1.6. Monitorar a Assistência Técnica Socioprodutiva [CF4]

A assistência técnica consistirá no monitoramento contínuo dos objetivos e metas pactuadas no Plano de Ação. Para isso, quatro Agentes Socioprodutivos estarão em contato permanente com os empreendimentos para prestar orientações quanto ao manejo adequado mediante as especificidades de cada segmento produtivo, atendimento dos requisitos de qualidade dos produtos, exercício dos princípios de economia solidária e fortalecimentos das capacidades gerenciais dos empreendimentos.

O calendário de visitas de acompanhamento será pactuado durante as pesquisas iniciais junto aos empreendimentos. Conforme apresentado em seções anteriores para otimizar esforços e resultados, os empreendimentos serão nucleados a partir da adoção dos seguintes critérios: segmento de produção e localização. A assistência técnica e social assumirá diferentes formatos: maneira particularizada, *in loco* ou remotamente, ou ainda assumir um caráter coletivo (quando algumas demandas forem recorrentes em vários empreendimentos). Essa interação permitirá além da




atualização permanente do banco de dados [CF.4.1] e do **CAD Cidadão [CF.4.2]**, a coleta de dados para compor o sistema de avaliação da evolução dos resultados.

Serão levantadas ainda informações de produção e vendas, que são estratégicas tanto para o monitoramento da política pública, quanto para pensar uma melhor atuação junto aos empreendimentos. Serão organizados formulários para levantar a **produtividade do capital fixo do empreendimento [CF.4.3]** e a **efetividade da produção [CF.4.3]**, através do levantamento do que é produzido com o que é comercializado. Essas informações possibilitam o acompanhamento da evolução dos empreendimentos de economia solidária, bem como permita a gestão pública a tomar decisão sobre novas ações a serem empreendidas.


A. H. M.

2. GESTÃO E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Conforme apresentado em outras seções, o Instituto de Gestão e Políticas Sociais selecionou criteriosamente uma equipe formada por profissionais qualificados e multidisciplinares que somam experiência suficiente para apoiar os empreendimentos econômicos solidários a serem atendidos pelo Centro Público de Economia Solidária do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, de modo que estes maximizem o impacto socioeconômico positivo nas comunidades onde se inserem, conquistem novos mercados consumidores, experimentem novos mecanismos de finanças solidárias e garantam o crescimento e a sustentabilidade dos trabalhos que conduzem, bem como, da política pública.

No exercício do Contrato de Gestão serão cumpridos todos os requisitos dispostos no componente de gestão **[CG.1; CG.2; CG.3]**, referentes à correta execução do orçamento aprovado pela SETRE, o respeito aos limites contratuais das despesas com pessoal, a rigorosa aplicação dos procedimentos de compras, normas de seleção e contratação de pessoal, e todos os requisitos de governança do contrato.

O Instituto de Gestão e Políticas Sociais respeitará todos os instrumentos e marcos legais que disciplinam a execução dos recursos, por isso defenderá que a Governança seja vivida de forma plena, de modo que os seus princípios - Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa - sejam incorporados às rotinas da equipe, dos empreendimentos econômicos solidários, dos parceiros e clientes.

Importante frisar ao longo da execução da proposta serão criados espaços de diálogo com todas as partes interessadas, visando construir – colaborativamente – uma base de dados segura, confiável e útil à tomada de decisões para reestruturação acerca da gestão do contrato.

Para otimizar o processo de tomada de decisões, em especial àquelas relacionadas a processos de gestão de pessoas, o Instituto de Gestão e Políticas Sociais entende como condição *sine a qua non* para a boa execução desta proposta, a realização de **um processo de formação focado no principal ativo da organização, nesse caso, as pessoas**[CF.5.4].

Por esse motivo, além do diagnóstico mais amplo do contexto dos empreendimentos, pretende-se realizar também um trabalho sobre o perfil comportamental dos profissionais envolvidos, por meio de um método simples, preciso e cientificamente garantido, permitirá a o fortalecimento do perfil comportamental das pessoas.

A intenção é permitir aos profissionais que atuarão no CESOL, o autoconhecimento, a identificação das forças e pontos de melhoria, bem como no mapeamento de competências e lideranças, não só individuais, como coletivas.



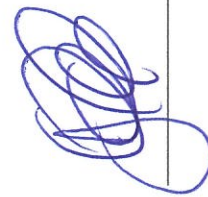
I.b – Quadro de Indicadores e metas, Parâmetros de Avaliação de Desempenho e de Aplicação de Desconto

ANEXO 01 - QUADRO DE INDICADORES E METAS, PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E APLICAÇÃO DE DESCONTO																					
N	LÓGICA DE INTERVENÇÃO	INDICADOR				AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		DESCONTO		META											
		COD. INDICADOR	NOME DO INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	PERIODICIDADE	PARÂMETRO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PARÂMETRO PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	DESCONTO MÁXIMO	VARIÁVEL PACTUADA	UNIDADE	MEIO DE VERIFICAÇÃO	Ano 3				Ano 4			
														1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	5º TRIMESTRE	6º TRIMESTRE	7º TRIMESTRE	8º TRIMESTRE
I - COMPONENTE FINALÍSTICO – CF																					
1	CF. 1 - Prestar assistência técnica com vistas a melhorar as condições de gestão e gerenciamento do EES	CF 1.1	1.1.1.1 - Empreendimentos da carteira do CESOL com Plano de Ação Atualizado	(n.º de EES com Plano de Ação atualizados/ n.º de empreendimentos da carteira ativa) x 100	Trimestral	=100% = 10 pontos < 100% e >= 90%= 9 pontos <90% e >= 80%= 8 pontos <80% = 0 pontos	2	20	20 pontos <=> 0%de desconto 18 pontos <=> 1%de desconto 16 pontos <=> 1,5 % de desconto 0 ponto = 2% de desconto	2%	Número de EES com Plano de Ação atualizados	Unidade	Produto apresentado	32	32	64	00	00	00	00	



11/11/2011

2	CF 2 - Prestar assistência técnica para a comercialização de produtos dos empreendimentos atendidos pelo Cesol.																		
	CF 1.2	1.2.1- Empreendimentos com assistência técnica prestada	(n.º de EES com assistência técnica prestada/ n.º de empreendimentos da carteira ativa) x 100	Trimestral	=100% = 10 pontos < 100% e >= 90%=9 pontos <90% e >= 80%=8 pontos <80% = 0 pontos	2	20	20 pontos <=> 0%de desconto 18 pontos <=> 1%de desconto 16 pontos <=> 1,5 % de desconto 0 ponto = 2% de desconto	2%	Número de EES com assistência técnica recebida	Unidade	Descrição da Ação realizada em Relatório de Prestação de Contas com base no Plano de Ação.	32	64	128	128	128	128	128
	CF 2.1	2.1.1 - Empreendimentos com produtos inseridos em mercados convencionais	(n.º de EES com produtos inseridos / n.º previsto de EES com produtos inseridos) x 100	Trimestral	=100% = 10pontos < 100% e >= 90%= 9 pontos <90% e >= 80% = 8 pontos <80% = 0 ponto	2	20	20 pontos <=> 0%de desconto 18 pontos <=> 1%de desconto 16 pontos <=> 1,5 % de desconto 0 ponto = 5% de desconto	5%	Número de EES com produtos inseridos	Unidade	Produto apresentado	96	128	128	128	128	128	128
	CF 2.2	2.2.1 - Empreendimentos com no mínimo 02 aspectos do produto melhorado	(n.º de EES com melhorias no produtos / n.º previsto de EES com 02 melhorias no produtos) x 100	Trimestral	=100% = 10 pontos < 100% e >= 90%=9 pontos <90% e >= 80%=8 pontos <80% =0 pontos	2	20	20 pontos <=> 0%de desconto 18 pontos <=> 1%de desconto 16 pontos <=> 1,5 % de desconto 0 ponto = 2% de desconto	2%	Percentual de EES com 2 aspectos melhorados	Percentual	Plano de ação do empreendimento e fotos dos produtos	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
	CF 2.3	2.3.1 - Plano de Marketing para os produtos e serviços da Rede de Comercialização dos EES atendidos pelo Cesol	Número absoluto	Não se aplica	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	02	20	20 pontos <=> 0%de desconto 0 ponto = 3%de desconto	3%	Plano de Marketing elaborado com ateste de qualidade da SETRE	Unidade	Plano de Marketing apresentado	01	00	01	00	01	00	00



11-12

[illegible]

CF. 3 - Prestar assistência técnica para aumentar a capacidade de integração, cooperação e intercooperação dos empreendimentos atendidos pelo		CF 3.2	3.2.1 - Cooperativas Centrais (2º grau) constituídas com fins de comercialização	Número absoluto	Não se aplica	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	20 pontos <=> 0%de desconto 0 ponto = 5%de desconto	5%	Número previsto de cooperativas centrais existente, com fins de comercialização e com atuação no território do Cesol	Unidade	Estatuto da cooperativa Central	00	00	00	00	01	00	00	00
		CF 3.3	3.3.1 – Manutenção de Fundo Rotativo Solidário criado com participação dos EES atendidos pelo CESOL	Número absoluto	Trimestral	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	NA NA	NA	Fundo rotativo	Unidade	Ato Constitutivo e Regimento do Fundo Rotativo Solidário criado/existente, e adesão de EES atendidos pelo Cesol ao Fundo.	00	01	01	01	01	00	00	00

21-12

CF 3.4	3.4.1 - Número de empreendimentos inseridos nas Lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros Públicos de Economia Solidária	(n.º de empreendimentos atendidos comercializando nas lojas / n.º empreendimentos previstos para atendimento) x 100	100% = 10 pontos < 100% e >= 90% = 9 pontos < 90% e >= 80% = 8 pontos < 80% = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 18 pontos <= 1% de desconto 16 pontos <= 1,5 % de desconto 0 ponto = 5% de desconto	Nº previsto de empreendimento comercializando em espaços coletivos apoiados pelo Cesol	Percentual	Documento comprobatório de cessão dos produtos para venda e/ou comprobante de consignação dos produtos	96	128	128	128	128	128	128	128
	3.5.1 - Eventos de estímulo ao consumo responsável	Número absoluto	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 2% de desconto	Nº previsto de evento	Unidade	Release do evento com fotos e lista de presença (quando couber)	01	01	01	01	01	01	01	01
	4.1.1 - Percentual de Empreendimentos com informações atualizadas	(Nº de empreendimentos com informações atualizadas/ Nº empreendimentos atendidos) x 100	100% = 10 pontos < 100% = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 1% de desconto	Percentual de Empreendimentos com informações atualizadas	Percentual	Planilha de detalhamento dos empreendimentos - conforme solicitada pela Sesol - atualizada	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
	4.2.1 - Percentual de famílias com informações atualizadas	(Nº de famílias com informações atualizadas/ Nº de famílias atendidas) x 100	100% = 10 pontos < 100% = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 1% de desconto	Percentual de famílias com informações atualizadas	Percentual	Planilha de detalhamento das famílias - conforme solicitada pela Sesol - atualizada	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
	4.3.1 - Produtividade do Capital Fixo	(Produção realizada/ capacidade da produção) x 100	100% = 10 pontos < 100% = 0 ponto	1	10	NA	Produtividade do Capital fixo	Percentual	Planilha preenchida trimestralmente com a capacidade produtiva de cada empreendimento	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
CF 4- Monitorar a assistência técnica socioproductiva																	
4																	

11/12

	CF 4.4	4.4.1 - Efetividade da Produção	Produção comercializada/produção realizada) x100	Trimestral	100% = 10 pontos < 100% = 0 ponto	1	10	NA	Efetividade da Produção	Percentual	Planilha preenchida trimestramente com a efetividade da produção de cada empreendimento.	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
5	CF 5.1	5.1.1 - Fomento de política pública municipal em economia solidária	Número absoluto	Trimestral	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 1% de desconto	Número de ações realizadas	Unidade	Relatório que demonstre pactos e deliberações das ações realizadas	01	01	01	01	01	01	01
	CF 5.2	5.2.1 - Realização de evento formativo em economia solidária	Número absoluto	Trimestral	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 1% de desconto	Nº previsto de evento	Unidade	Release do evento com fotos e lista de presença (quando couber)	01	01	01	01	01	01	01
	CF 5.3	5.3.1 - Plenária com empreendimentos de economia solidária atendidos pelo Cesol	Número absoluto	Não se aplica	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 4% de desconto	Plenária realizada	Unidade	Relatório que demonstre pactos e deliberações do evento, juntamente com lista de presença e fotos	00	00	01	00	00	00	00
	CF 5.4	5.4.1 Qualificação da equipe do Cesol	(Nº de pessoas qualificadas da equipe do Cesol/ Nº de pessoas contratadas pelo Cesol) x 100	Trimestral	100% = 10 pontos < 100% e >= 90% = 9 pontos < 90% e >= 80% = 8 pontos < 80% = 0 ponto	2	20	20 pontos <= 0% de desconto 18 pontos <= 1% de desconto 16 pontos <= 1,5 % de desconto 0 ponto = 3% de desconto	Qualificação da equipe do CESOL	Percentual	Comprovante de Certificação do componente da equipe	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
II - COMPONENTE DE GESTÃO - CG																		
1	CG 2 Gestão de Aquisições	1.1.1 - Limite de Gastos com Pessoal	Percentual do orçamento de pessoal executado em relação ao orçamento total previsto/ Limite percentual de execução do orçamento de pessoal) x 100	Trimestral	100% = 10 pontos < 100% = 0 ponto	1	10	NA	Limite percentual de execução do orçamento de pessoal	Percentual	Relatório de Prestação de Contas	65%	65 %	65 %	65 %	65 %	65 %	65 %

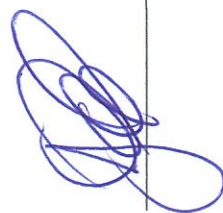


1.1.1

	2.1	2.1.1 - Pessoal contratado de acordo com o quantitativo exigido	(nº postos de trabalho ocupados / Nº de postos de trabalho previstos) x 100	Trimestral	=100% = 10 pontos < 100% e >= 90% = 9 pontos < 90% e >= 80% = 8 pontos < 80% = 0 ponto	1	10	10 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 3% de desconto	3%	Percentual de ocupação dos postos de trabalho	Percentual	Folha de Pagamento de Pessoal e Quadro de Dimensionamento de Pessoal (Anexo do Contrato)	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %
3	CG. 3 - Gestão do Controle	3.1.1 - Prestação de Contas trimestral do Contrato de Gestão	Nº de Relatórios de Prestação de Contas tempestivos	Trimestral	1 = 10 pontos 0 = 0 ponto	1	10	10 pontos <= 0% de desconto 0 ponto = 3% de desconto	3%	Número previsto de Relatório de Prestação de Contas	Número	Protocolo de recebimento do relatório pela Contratante	01	01	01	01	01	01	01

TOTAL DE PONTOS DO COMPONENTE FINALÍSTICO	360	TOTAL DE DESCONTO MÁXIMO	44%
TOTAL DE PONTOS DO COMPONENTE DE GESTÃO	30		6%
TOTAL PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	390		50%

A. H. M.



4.4. QUADRO ANALÍTICO DE DESPESAS GERAIS

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR ANUAL	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
2.3.1	Telefonia	-	Mês	R\$ -	R\$ -	
2.3.2	Água e Esgoto	12,00	Mês	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00	Pagamento de água da sede do CESOL
2.3.3	Provedor de Internet	12,00	Mês	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00	Pagamento de internet da sede do CESOL
2.3.4	Material de Copa e Cozinha	12,00	Mês	R\$ 70,00	R\$ 840,00	Aquisição de água, café, açúcar e copos descartáveis
2.3.5	Material de Limpeza	12,00	Mês	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	Aquisição de material de limpeza para sede do CESOL
2.3.6	Material de Expediente	12,00	Mês	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00	Aquisição de materiais de escritório e papelaria
2.3.7	Despesas de Viagem - Diárias	12,00	Mês	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00	Diárias para a equipe do CESOL realizar o trabalho de campo e viagens
2.3.8	Despesas com hospedagem	12,00	Diárias	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00	Despesas com hospedagens para equipe em eventos fora do baixo sul, intercâmbio e etc
2.3.9	Despesas com alimentação	400,00	Refeições	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00	Alimentação para os eventos
2.3.10	Passagens	12,00	Mês	R\$ -	R\$ -	Passagens para deslocamento na área de atuação do CESOL
2.3.11	Despesas bancárias	12,00	Mês	R\$ 295,59	R\$ 3.547,04	Previsão de despesas de manutenção de contas
2.3.12	Juros e Multas	12,00	Mês	R\$ -	R\$ -	Previsão para juros e multas em eventual atraso de pagamento
2.3.13	Fardamento	33,00	und	R\$ 60,00	R\$ 1.980,00	Fardas para a equipe do CESOL
2.3.14	Combustível	400,00	litros/mês	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00	Combustível deslocamento para as atividades do CESOL
2.3.15	Outras Despesas Gerais	12,00	Mês	R\$ 255,00	R\$ 3.060,00	Previsão de despesas não prevista
2.3.16	Aquisição Produtos Degustação e Brindes	4,00	Trimestre	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	Aquisição de produtos para degustação e demonstração em eventos de promoção dos empreendimentos

11/12

4.4. QUADRO ANALITICO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR ANUAL	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
2.2.1	Assessorias Contábil e Jurídica	215.00	Horas técnicas	R\$ 100.00	R\$ 21,500.00	Assessoria contábil e jurídica para os empreendimentos
2.2.2	Assessorias Políticas Públicas e Gestão Social	12.00	mês	R\$ 3,000.00	R\$ 36,000.00	Assessoria para fomento, articulação e elaboração de políticas públicas municipais de economia solidária
2.2.3	Consultoria em agregação de valor a produtos	12.00	mês	R\$ 2,000.00	R\$ 24,000.00	Consultoria para agregação de valor a produtos (elaboração de rótulos, logomarcas, tabela nutricional, melhoria de processos e outros)
2.2.4	Consultoria em Mercado, Marketing e Propoganda	200.00	Horas técnicas	R\$ 100.00	R\$ 20,000.00	Consultoria para elaboração de pesquisas de mercado, plano de marketing, peças de publicidades, site, folders, redes sociais, loja virtual e etc
2.2.5	Despesas de frete e locação de veículos	12.00	mês	R\$ 6,250.00	R\$ 75,000.00	Contratação de locação de veículos
2.2.6	Eventos, Cursos, Oficinas, Instrutoria	12.00	mês	R\$ 2,000.00	R\$ 24,000.00	Despesas com a realização de eventos, cursos, formações, festivais para os empreendimentos
2.2.7	Instrutoria/Assessoria para formação equipe	60.00	Horas técnicas	R\$ 100.00	R\$ 6,000.00	Formação contínua da equipe para melhoria da assistência técnica em gestão e comercialização
2.2.8	Serviços de Segurança	12.00	mês	R\$ 2,000.00	R\$ 24,000.00	Contratação de serviço de segurança para galpão sede do CESOL
2.2.9	Serviços Gráficos	80.00	Horas técnicas	R\$ 100.00	R\$ 8,000.00	Contratação de serviço de impressão rótulos, cartazes e outros

11/12

4.4. QUADRO ANALÍTICO DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR ANUAL	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
2.4.1	Despesas com manutenção	12.00	mês	R\$ 320.00	R\$ 3.840.00	Serviços de manutenções no galpão sede do CESOL

11/11

4.4. QUADRO ANALÍTICO DE DESPESAS COM TRIBUTOS

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR ANUAL	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
2.5.1	IRRF sobre aplicações	12.00	mês	R\$ 100.00	R\$ 1.200,00	Pagamento de IRRF sobre aplicações financeiras

11/12

4.4. QUADRO ANALÍTICO DA AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR ANUAL	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1.2	Aquisição Ativos FRS (equipamentos, insumos etc)	2.00	-	R\$ 15,000.00	R\$ 30,000.00	Aquisição de ativos diversos para o Fundo Rotativo Solidário

11/12



I.c - Orçamentos Sintético, Analítico e Despesas de Pessoal

ITEM 4.1 QUADRO ORÇAMENTÁRIO ANALÍTICO ANUAL - ANO 03

1.	Entrada de Recursos	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasso do Contrato de Gestão	213,877.04	0.00	0.00	193,897.18	0.00	0.00	204,397.19	0.00	0.00	187,577.19	0.00	0.00	799,748.60
1.1.2	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras (especificar)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2.	Despesas de Custeio	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
2.1	Despesas com Recursos Humanos													
2.1.1	Remunerações													
2.1.1.1	Folha de Pagamento	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	216,600.00
	Subtotal (Recursos Humanos)	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	216,600.00
2.1.2	Encargos Sociais													
2.1.2.1	INSS	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	55,882.80
2.1.2.2	FGTS	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	17,328.00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	6,931.20
2.1.2.4	PIS sobre a Folha de Pagamento	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	2,166.00
2.1.2.5	Férias	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	18,050.04
2.1.2.6	1/3 sobre Férias	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	6,016.32
2.1.2.7	13º Salário	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	18,050.04
2.1.2.8	Provisionamentos (INSS, FGTS, PIS e Férias e 13º)	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	14,657.16
	Subtotal (Encargos)	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	139,081.56
2.1.3	Benefícios e Insumos de Pessoal													
2.1.3.1	Vale Alimentação	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	56,460.00
	Subtotal (Benefícios)	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	56,460.00
	Subtotal Despesas de Pessoal	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	412,141.56

11-12

[Handwritten signature]



I.c - Orçamentos Sintético, Analítico e Despesas de Pessoal

ITEM 4.1 QUADRO ORÇAMENTÁRIO ANALÍTICO ANUAL - ANO 04

1.	Entrada de Recursos	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasso do Contrato de Gestão	213,877.04	0.00	0.00	193,897.18	0.00	0.00	204,397.19	0.00	0.00	187,577.19	0.00	0.00	799,748.60
1.1.2	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras (específicas)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2.	Despesas de Custeio													
2.1	Despesas com Recursos Humanos													
2.1.1	Remunerações													
2.1.1.1	Folha de Pagamento	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	216,600.00
	Subtotal (Recursos Humanos)	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	18,050.00	216,600.00
2.1.2	Encargos Sociais													
2.1.2.1	INSS	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	4,656.90	55,882.80
2.1.2.2	FGTS	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	1,444.00	17,328.00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	577.60	6,931.20
2.1.2.4	PIS sobre a Folha de Pagamento	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	180.50	2,166.00
2.1.2.5	Férias	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	18,050.04
2.1.2.6	1/3 sobre férias	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	501.36	6,016.32
2.1.2.7	13º Salário	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	1,504.17	18,050.04
2.1.2.8	Provisionamentos (INSS, FGTS, PIS e Férias e 13º)	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	1,221.43	14,657.16
	Subtotal (Encargos)	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	11,590.13	139,081.56
2.1.3	Benefícios e Insumos de Pessoal													
2.1.3.1	Vale Alimentação	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	56,460.00
	Subtotal (Benefícios)	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	4,705.00	56,460.00
	Subtotal Despesas de Pessoal	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	34,345.13	412,141.56

Handwritten signature

Handwritten signature



I.C - Orçamentos Sintético, Analítico e Despesas de Pessoal

ITEM 4.2 QUADRO ORÇAMENTÁRIO SINTÉTICO - ANO 04

1.1 Receitas	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
1.1.1 Repasse do Contrato de Gestão	213.877,04	0,00	0,00	193.897,18	0,00	0,00	204.397,19	0,00	0,00	187.577,19	0,00	0,00	799.748,60
1.1.2 Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras (esp)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3 Outras Receitas (especificar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Despesas de Custeio	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
2.1 Despesas com Recursos Humanos													
2.1.1 Remunerações	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	18.050,00	216.600,00
2.1.2 Encargos Sociais	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	11.590,13	139.081,56
2.1.3 Benefícios e Insumos de Pessoal	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	56.460,00
(A) Subtotal (Recursos Humanos)	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	34.345,13	412.141,56
2.2 Serviço de Terceiros	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	238.500,00
(B) Subtotal (Serviços de Terceiros)	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	238.500,00
2.3 Despesas Gerais	10.680,55	8.700,55	10.200,55	8.700,59	8.700,60	10.200,60	8.700,60	8.700,60	10.200,60	9.260,60	9.260,60	10.760,60	114.067,04
(C) Subtotal (Despesas Gerais)	10.680,55	8.700,55	10.200,55	8.700,59	8.700,60	10.200,60	8.700,60	8.700,60	10.200,60	9.260,60	9.260,60	10.760,60	114.067,04
2.4 Despesas com Manutenção	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	3.840,00
(D) Subtotal (Manutenções)	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	3.840,00
2.5 Tributos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1.200,00
(E) Subtotal (Tributos)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1.200,00
Total Geral das Despesas com Custeio	67.445,68	65.465,68	65.965,68	62.465,72	65.465,73	65.965,73	64.965,73	64.965,73	64.965,73	62.025,73	60.525,73	65.025,73	737.697,48,60
3. Despesas de Investimento	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
3.1 Aquisição de Bens Permanentes	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Total Geral das Despesas de Investimento	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Total Geral de Despesas (Custeio + Investimento)	67.445,68	65.465,68	80.965,68	62.465,72	65.465,73	65.965,73	64.965,73	64.965,73	79.965,73	62.025,73	60.525,73	65.025,73	767.697,48,60

TRUE

1.1.1

I.d - Cronograma de Desembolso



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO	RECURSO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
III	Custeio	198,877.04	193,897.18	189,397.19	187,577.19	769,748.60
	Investimento	15,000.00	0.00	15,000.00	0.00	30,000.00
Total		213,877.04	193,897.18	204,397.19	187,577.19	799,748.60

799,748.60

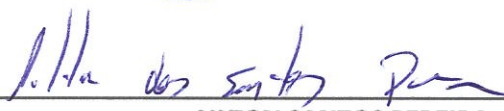
ANO	RECURSO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
IV	Custeio	198,877.04	193,897.18	189,397.19	187,577.19	769,748.60
	Investimento	15,000.00	0.00	15,000.00	0.00	30,000.00
Total		213,877.04	193,897.18	204,397.19	187,577.19	799,748.60

Aproposta orçamentária do Instituto de Gestão e Políticas Sociais é no valor de R\$1.599.497,20 (Um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), sendo válida pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Salvador, 24 de fevereiro de 2021.


DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
 SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

Juremar de Oliveira
 Chefe de Gabinete da SETRE


AILTON SANTOS PEREIRA
 INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

estemunhas:

